

política

OAB-RS e STF têm audiência sobre dívida do RS com União

Ordem gaúcha admite possibilidade de negociação com o Supremo

/ SUPREMO

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

A extinção da dívida do Rio Grande do Sul com a União será tema de uma audiência de conciliação marcada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux para amanhã. O encontro acontece no âmbito de uma ação encaminhada pela seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS), que busca a extinção da cobrança dos débitos. A proposta da reunião é de que seja buscado um consenso junto à Advocacia-Geral da União (AGU). A ação movida pela OAB/RS em 2012 afirma que os índices de correção do contrato são ilegais, pois não poderiam ser aplicados entre entes federados. De acordo com a entidade, com os valores sendo ajustados pelo IPCA, o valor já teria sido quitado e o Rio Grande do Sul poderia passar a ser credor da União. Os argumentos atuais da OAB se baseiam em um estudo realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e uma perícia do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

A posição da OAB é clara pelo fim da dívida, de acordo com o presidente da seccional gaúcha, Leonardo Lamachia. No entanto, ele afirma que a instituição estaria disposta a negociar, podendo aceitar até mesmo uma extinção parcial e não total. “Desde que haja um debate evidentemente com o

próprio governo do estado e dos termos em que isso aconteceria, não temos nenhum problema de receber uma proposta e debatermos”, pontua.

Embora o laudo do TCU encomendado pela OAB-RS indique em um dos cenários que o Rio Grande do Sul possa ter pagado mais do que os valores efetivamente devidos, Lamachia não cogita, no momento, a hipótese de solicitar um ressarcimento do montante. Além disso, alega que, caso não seja possível encontrar uma solução durante a audiência de conciliação, a entidade deve pedir para o STF julgar o mérito da ação. Lamachia considera o agendamento da audiência um “grande passo” na ação movida. “Não é uma prática recorrente do Supremo marcar esse tipo de audiência. Então, quando faz um movimento dessa natureza, é um passo relevante de

nós podermos colocar numa mesa de negociação a União, o governo do Rio Grande do Sul e a OAB”, avalia. Atualmente, a dívida do Rio Grande do Sul com a União, de cerca de R\$ 100 bilhões, está suspensa, devido à catástrofe climática causada pelas enchentes que atingiram o Estado. No entanto, ao final do período de 36 meses, o valor não pago será reincorporado, sem juros, no saldo devedor, não tendo sido extinto. A iniciativa é vista pela OAB como insuficiente. De acordo com a entidade, isso “inviabiliza a reconstrução” do Estado e a extinção da dívida é vista por ela como uma “medida de humanidade”. Já a AGU tem afirmado que o governo Lula já apresentou um pacote de flexibilização de regras fiscais para ajudar na reconstrução do Estado, com um “alívio financeiro” para o governo estadual gaúcho de R\$ 31,9 bilhões.



PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ/DIVULGAÇÃO/CIDADES

Manutenção da dívida inviabiliza reconstrução do Estado, diz a OAB-RS

Corte forma maioria sobre regras de distribuição das cadeiras na Câmara

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL/JC



Julgamento pode retirar o mandato de sete deputados federais

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou na sexta-feira maioria de votos no julgamento que pode retirar o mandato de sete deputados federais. Seis dos onze ministros votaram para mudar o alcance da decisão da Corte que derrubou as atuais regras para distribuição das chamadas sobras eleitorais para cálculo das vagas na Câmara dos Deputados. As regras são usadas para cálculo das cadeiras que devem ser preenchidas por candidatos eleitos nas casas legislativas.

Apesar do entendimento formado, o julgamento virtual foi suspenso por um pedido de destaque do ministro André Mendonça. Com a paralisação, o julgamento será retomado no plenário físico. A data ainda não foi definida.

Em fevereiro deste ano, os ministros mantiveram no cargo sete deputados eleitos em 2022 que seriam afetados pela anulação das regras sobre as sobras e entenderam que a decisão deve ser aplicada nas futuras eleições. Contudo, a Rede Sustentabilida-

de, o Podemos e o PSB recorreram para defender a aplicação para as eleições de 2022 e retirar o mandato dos parlamentares.

Até o momento, os ministros Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Nunes Marques, Dias Toffoli e Cristiano Zanin votaram para aceitar os recursos.

A decisão do STF pode retirar o mandato de sete deputados federais, nenhum do Rio Grande do Sul, segundo cálculos preliminares apresentados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Com a possível mudança, a bancada do Amapá na Câmara, formada por oito deputados, será a mais atingida, provocando a troca de metade dos parlamentares. As alterações atingem os atuais deputados Dr. Pupio (MDB), Sonize Barbosa (PL), Professora Goreth (PDT) e Silvia Waiãpi (PL). Mais três deputados podem perder os mandatos: Lebrão (União Brasil-RO), Lázaro Botelho (PP) e Gilvan Máximo (Republicanos-DF).

Pré-candidatas à prefeitura apresentam plano de ação para Porto Alegre

/ ELEIÇÕES 2024

As pré-candidatas a prefeita e vice-prefeita de Porto Alegre, a partir da Unidade por POA, Maria do Rosário (PT) e Tamyres Filgueira (PSOL) apresentaram na manhã do sábado as diretrizes do Plano de Ação Participativo - POAÇÃO, além do slogan “O povo participa o povo decide”.

A pré-candidata a vice-prefeita, Tamyres iniciou as falas ressaltando que a ‘Unidade por POA’ tem como objetivo fazer com que o povo novamente volte a ser protagonista da cidade, o centro das políticas da Porto Alegre que se quer.

“Eu e Maria, nós estamos prontas para encarar este grande desafio porque temos a certeza de que não estamos sozinhas, nós mulheres não andamos sozinhas, e vamos retomar essa Porto Alegre de verdade. Dias mulheres virão”, disse.

Dando sequência, a pré-candidata a prefeita, Maria do Rosário (PT), afirmou que a transformação da cidade depende de todos, fazendo uma convocação as lideranças, representantes de entidades, pré-candidatos e militância presentes. “Este programa é da cidade, de uma unidade que transcende os nossos partidos, de transformação de Porto Alegre para que ela seja

parecida com o que ela é de verdade e não parecida com elites que abandonaram a cidade, as elites políticas desta cidade são o próprio povo”. Após a fala das pré-candidatas da chapa majoritária, foram apresentados o slogan e os 10 principais pontos da Carta Compromisso com Porto Alegre, e um calendário de plenárias. O Programa de Governo apresentado irá se basear em três pilares que são o projeto de futuro, proteção das pessoas e o povo, o que definiu o slogan ‘O povo participa, o povo decide’.

A coligação é formada pelas federações PT, PCdoB, PV, PSOL e Rede.



PARTIDO DOS TRABALHADORES/DIVULGAÇÃO/JC

Coligação feminina divulgou as diretrizes para a Capital no sábado